



OCUPAÇÃO URBANA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: ocupação, simbolismo e cidadania ambiental no bairro do Paraíso, Mosqueiro – PA

Rosália Silva Corrêa

Raimundo Vicente Baia Silva

RESUMO: O artigo propõe uma discussão acerca da relação entre a ocupação urbana e a degradação ambiental tendo como lócus o bairro do Paraíso, distrito de Mosqueiro em Belém - PA. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica; no levantamento de documentos nos órgãos públicos responsáveis pelo saneamento básico e pelo meio ambiente, do município de Belém; e na pesquisa de campo, com realização da observação direta do processo de ocupação do bairro pesquisado. Os dados obtidos foram analisados com base no referencial teórico construído, relacionando-os com as informações dos documentos e da observação direta. O resultado aponta para uma ocupação urbana desordenada que está favorecendo a degradação ambiental em decorrência do desmatamento, da falta de saneamento, da não aplicabilidade efetiva da legislação, da presença de assentamentos precários, do turismo e veraneio praticados sem vínculo com programas de educação ambiental, aspectos que negam o simbolismo do "Paraíso" mas, ao mesmo tempo, promovem limitada cidadania ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação Urbana; Degradação Ambiental; Bairro do Paraíso; Simbolismo; Cidadania Ambiental.

INTRODUÇÃO

A ocupação urbana da contemporaneidade, particularmente nos países em desenvolvimento é marcada pelo imprevisto e pela falta de estratégias previamente definidas para uso e ocupação do solo urbano. Essas ações negativas estão favorecendo o acirramento das condições de degradação no ambiente urbano, produzindo impactos ambientais nocivos e com isso, comprometendo a qualidade do meio ambiente.

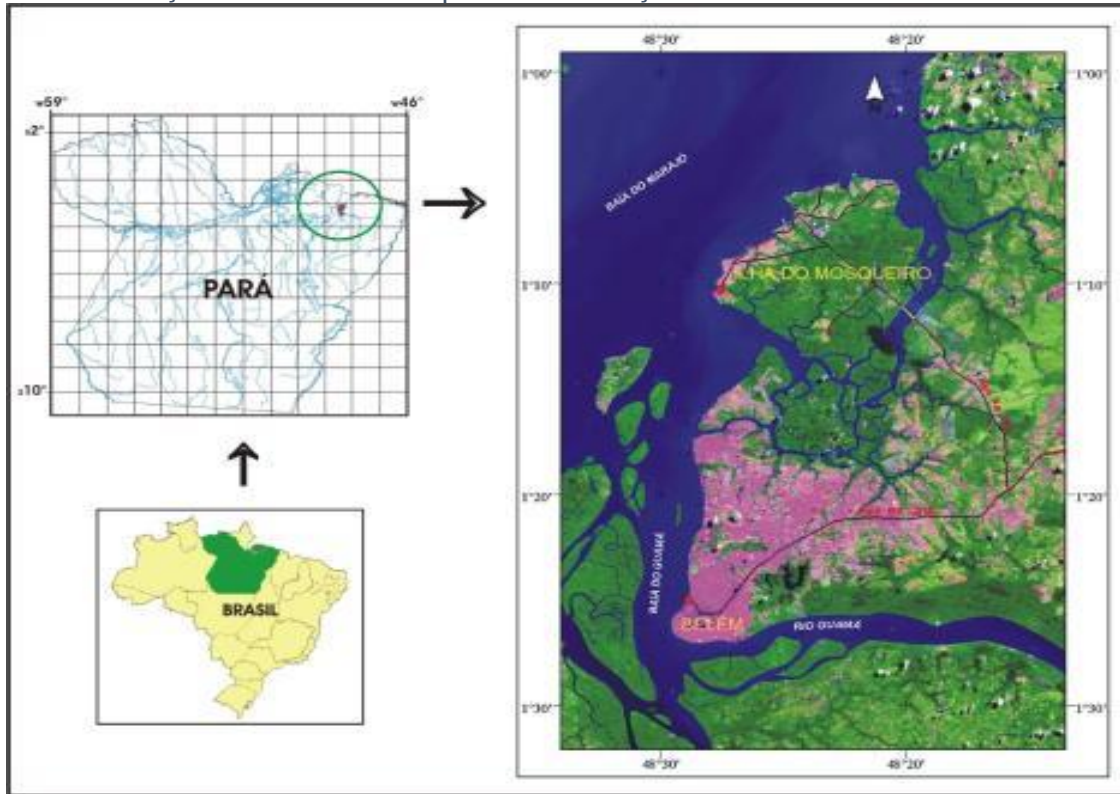
A discussão deste artigo traz à tona este modelo perverso de ocupação identificado no bairro do Paraíso, situado na Ilha do Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém-PA. O ponto central da temática aqui tratada é a relação entre a ocupação do bairro e a degradação ambiental provocada por esta ocupação.

A Ilha do Mosqueiro está localizada a 70 km do centro urbano de Belém, possui uma área aproximada de 212 km² com 17 km de praias de água doce e o bairro do Paraíso é parte dessa Ilha, conforme o mapa apresentado na Figura 1. Pelo fato de possuir uma bela



paisagem natural com muitas áreas verdes e representar um balneário pouco explorado, a área do bairro se tornou alvo de valorização imobiliária e de assentamentos precários, motivando a ampliação do desmatamento e da degradação ambiental, devido à falta de saneamento básico.

Figura 1. Localização da Ilha de Mosqueiro em relação ao Estado do Pará- Brasil.



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA

A ocupação desordenada tornou evidente a crise ambiental no local e indica o quanto essa racionalidade econômica que legitima o sistema produtivo, regido pelo crescimento econômico sem limites, gera um processo de destruição ecológica e degradação ambiental.

A OCUPAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ocupação urbana para Trindade Jr. (1999) constitui um processo influenciado pelas condições históricas, estruturais, econômicas e culturais da urbanização no Brasil. Segundo o autor, a rápida urbanização aliada à falta de planejamento e estruturação urbana adequada, conjugada ao agravamento das crises econômicas, à concentração fundiária e modernização das áreas rurais, ao desemprego, ao déficit habitacional e à cultura social ainda não inclinada



à preservação ambiental, geraram formas inadequadas de ocupação urbana, caracterizadas pela autoconstrução, carência de serviços básicos de urbanização, dificuldades de acessibilidade e mobilidade, habitações precárias e impactos ambientais.

No entendimento de Batista e Dias (2008), a ocupação urbana é um processo que não se refere única e exclusivamente ao crescimento da cidade, mas também às motivações, às (?) problemáticas, ao conflito de interesses, ao uso do solo, aos impactos ambientais, ao estabelecimento de formas e processos, ao simbolismo e aos ícones de memória individual e coletiva.

Os primeiros indícios de ocupação no bairro do Paraíso remontam ao século XVIII, quando o padre Antônio Nunes da Silva recebeu da Província Imperial, mediante o sistema de "sesmarias"¹, doação das terras da Baía do Sol, em 06 de dezembro de 1746. Este religioso contava com mão de obra escrava, cujos herdeiros constituíram comunidades, inclusive na praia do Paraíso, onde os negros estabeleceram o Sítio Santana, ocupado por um dos hotéis construídos no bairro, chamado Hotel Fazenda Paraíso.

Nas primeiras décadas do século XXI ocorreu uma mudança substancial na paisagem e na dinâmica socioambiental do local, decorrente da ocupação urbana. O bairro sofreu intenso processo de ocupação e uso do solo, evidenciado pela construção de novas moradias de veraneio, de pousadas, de hotéis, de casas comerciais, além dos assentamentos precários², do desmatamento das áreas verdes e da produção de lixo, estimulados pela presença constante de turistas, veranistas e novos moradores, os quais buscam desfrutar das amenidades naturais existentes no lugar e dos momentos de lazer.

O crescimento da população é um dado importante neste cenário. Na Ilha do Mosqueiro a população residente em 2000 totalizava 27.896 habitantes, passando em 2010 para 33.232, um crescimento de 19,1%, em dez anos. No bairro do Paraíso embora a variação demográfica em termos absolutos não tenha sido tão significativa, alterando-se de 234 para 315 moradores permanentes, a variação relativa de 34,6% ficou acima dos 19,1% verificados na população total da Ilha.

¹Sistema de divisão de terras que foi instituído em Portugal no século XIV com o objetivo de impedir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo. No Brasil esse sistema visava regularizar a colonização, conforme Rocha e Celestino (2010)..

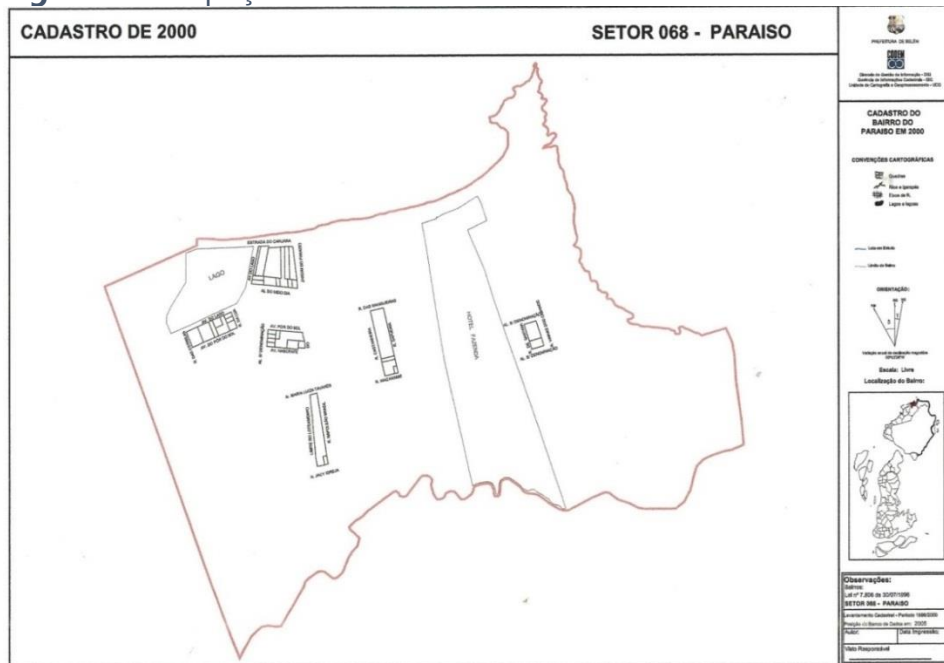
²Locais de residência ocupados por segmentos sociais de baixa renda ou desempregados, geralmente, caracterizados pela deficiência de infraestrutura urbana e serviços comunitários. A autoconstrução é outra característica marcante, sem licença por profissional da área de engenharia ou órgão competente para esse fim. (KOWARICK, 1993).



A ampliação da população residente indica que o bairro do Paraíso ainda se manteve na faixa de intervalo de até 500 habitantes, conforme classificação da escala demográfica presente nas imagens referentes à malha urbana dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

É oportuno destacar que em 2010 foram encontrados apenas 95 (noventa e cinco) domicílios com moradores permanentes no local porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE não leva em conta os domicílios de veraneio. Estes expandiram no intervalo entre 2000 a 2010. A categoria “residência” foi a que mais avançou na ocupação do uso do solo no bairro do Paraíso, acompanhada em segundo lugar pelos imóveis de uso comercial, conforme se constata na figura 2.

Figura 2 -Ocupação urbana do Paraíso em 2000



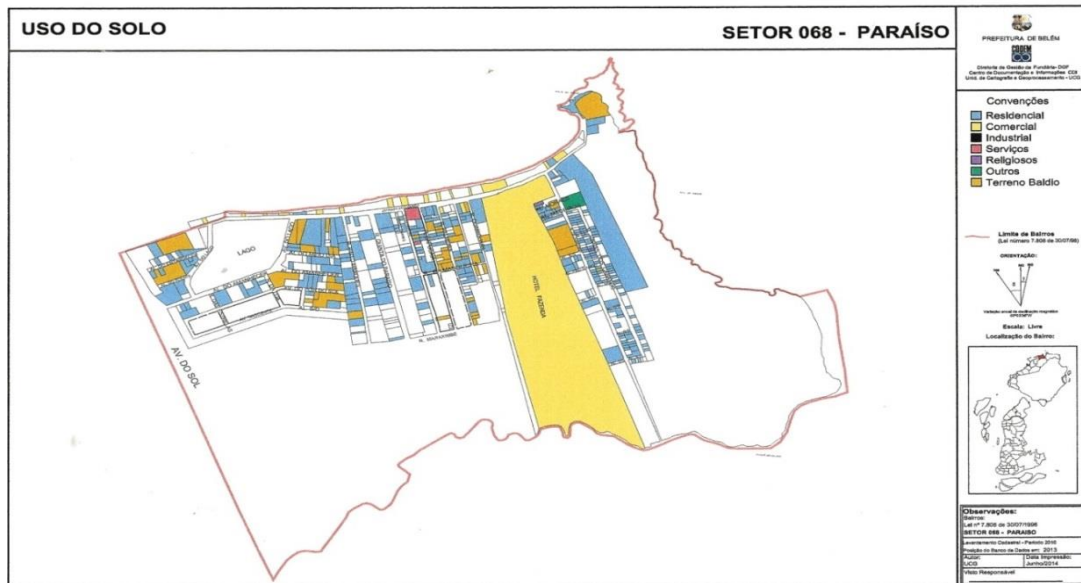
Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém –CODEM – Divisão de Cartografia

Observa-se que em 2000 o bairro do Paraíso apresentava uma reduzida ocupação e uso do solo, situação que se modificou em 2010 (Figura 3). Pelo fato de ser uma área de veraneio, a presença da “segunda residência” é marcadamente característica na paisagem do bairro e se constitui em vetor de expansão da área ocupada. Essa situação é explicada por Macedo (2002) sobre a crescente edificação de casas de veraneio nas áreas litorâneas das grandes cidades, as quais não são imóveis de uso permanente, mas utilizados em finais de semana, feriados e períodos de férias. Na figura 3 se constatou que o uso e a ocupação do



solo no bairro do Paraíso em 2010 foram marcados por residências, comércios e terrenos baldios.

Figura 3 - Uso e ocupação do solo no bairro Paraíso, 2010



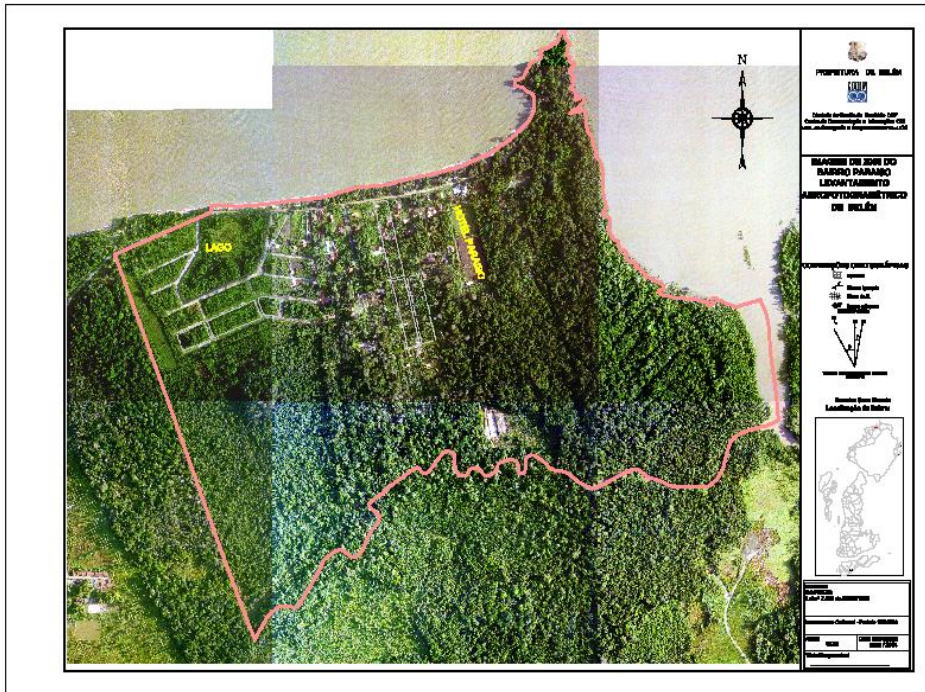
Fonte: CODEM – Divisão de Cartografia

Outro aspecto que deve ser mencionado é o desmatamento no bairro do Paraíso, fato que remete à assertiva de Feldmann (2006) quanto à conseqüente redução das áreas verdes, decorrentes do processo de expansão e adensamento urbano em áreas afastadas do centro. Essas áreas possuem potencial para o turismo e veraneio, ampliando com isso o risco de erosão do solo, o aumento da temperatura no microclima e impactos na fauna existente.

A evolução do desmatamento no bairro do Paraíso pode ser conferida pelas imagens fornecidas pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém–CODEM. Em 2000, a ocupação urbana representada por residências e empreendimentos comerciais e hoteleiros era bem menor do que aquela verificada em 2010. Na Figura 4 observa-se que nas proximidades do lago localizado na porção oeste do bairro só havia as ruas traçadas e não existia registro do assentamento Santana, que está localizado atualmente no lado leste, nas mediações do Hotel Fazenda Paraíso.



Figura 4 - Imagem aerofotogramétrica - Bairro do Paraíso, 2000

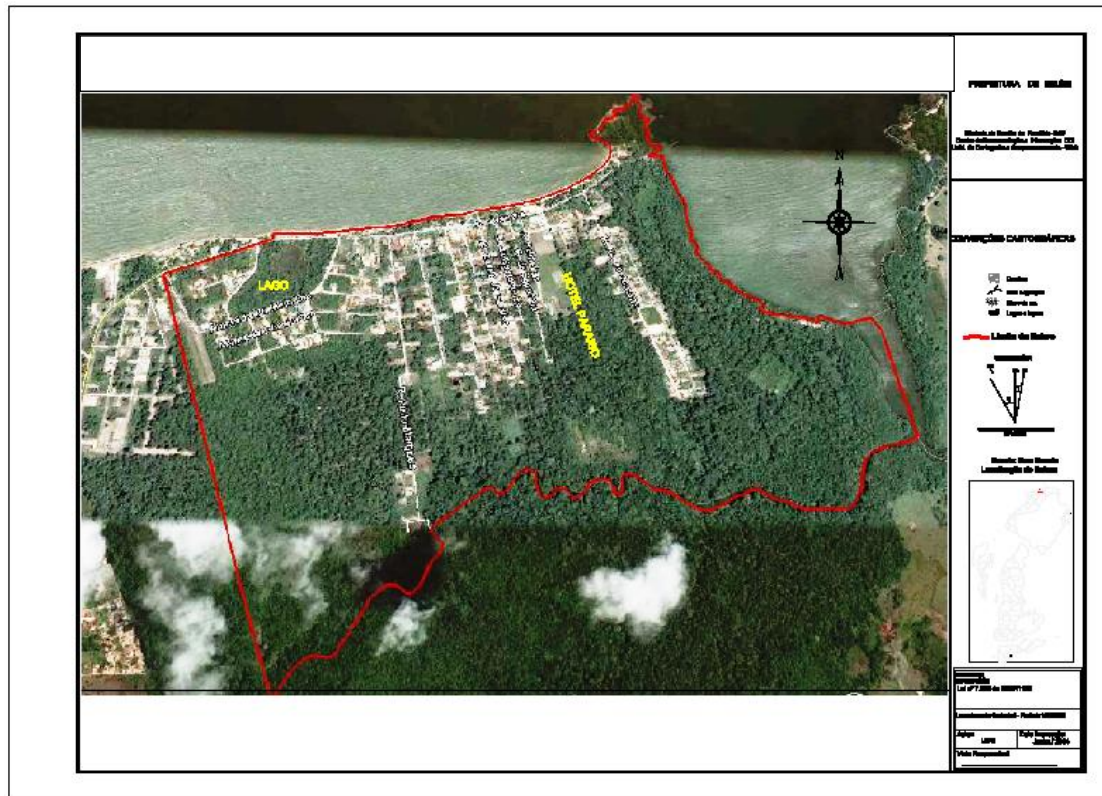


Fonte: CODEM – Divisão de Cartografia

Ao analisar a Figura 5, verifica-se que em 2010 houve um avanço da ocupação urbana e o aumento da degradação ambiental, representada pelo desmatamento. Em 2000, algumas ruas com traçado não estavam ocupadas por residências e empreendimentos comerciais ou hoteleiros, mas em 2010 a vegetação já estava removida indicando a presença de edificações ou lotes desmatados à espera de construção. É possível observar que, em 2010, o desmatamento já havia avançado para além dos limites do bairro, mediante as ocupações situadas na parte esquerda da imagem.



Figura 5 - Imagem do bairro do Paraíso 2010



Fonte: Imagem Google Eart fornecida pela CODEM – Divisão de Cartografia

Na Figura 6 identifica-se a evolução do desmatamento no bairro do Paraíso entre 2000 e 2010, perceptível pela sobreposição dos traçados da ocupação urbana. O avanço foi significativo em termos horizontais, visualizando-se a expansão para a parte sul do bairro, ocasionando a retirada da cobertura vegetal e, conseqüentemente, impacto ambiental.

O desmatamento provoca alterações no equilíbrio ambiental, como redução da evapotranspiração das árvores, que contribui para a formação de nuvens responsáveis pela precipitação, perturba e elimina o habitat de animais e insetos, destrói espécies vegetais e altera o microclima local. Essas alterações encontram apoio na afirmação de Haesbaert (2013), ao declarar que a expansão/ocupação urbana contínua e a diferenciação crescente ensejam mudança e transformação no espaço urbano.



Figura 6 – Imagem aerofotogramétrica de 2000 com ajuste de levantamento em 2010 - Evolução da ocupação urbana e desmatamento no bairro do Paraíso



Fonte: CODEM – Divisão de Cartografia

Esse desmatamento revela a degradação ambiental ocasionado pela ocupação urbana, influenciada pela dinâmica do turismo e veraneio na ilha de Mosqueiro, onde árvores de madeira de lei como a Angelim Pedra (*Hymenolobium petraeum ducke* Fabaceae) e a Andiroba (*Carapaguianensis Aubl*) são comumente derrubadas, prejudicando o habitat de animais silvestres, alguns dos quais em processo de extinção, como é o caso do tucano (*Ramphastos toco*). Verifica-se, assim, a ocupação de áreas verdes sem o planejamento ambiental, confirmando as perspectivas de Tavares *et al* (2008, p. 191):

[...] em Mosqueiro, expressão da particularidade amazônica, as preocupações com os ecossistemas não se concretizam. Houve sim uma intensificação ferrenha dos recursos naturais transformando parte considerável das características naturais do local. Os processos de apropriação espoliativos se expandiram alcançando áreas cuja fragilidade ecológica requer manejo adequado, como as faixas de domínio dos rios e igarapés,



metamorfosando as formas preexistentes, definindo novas estruturas e funções, construindo meios ecológicos que aviltaram a qualidade de vida dos moradores da ilha.

A situação também confirma as explicações de Ojima (2007) sobre a tendência de a urbanização contemporânea expandir-se para áreas periféricas e suburbanas, ensejando o surgimento de novas formas de ocupação acompanhadas de um processo de degradação ambiental.

Essa forma de degradação por meio do desmatamento não condiz com o modelo de desenvolvimento sustentável, entendido por Camargo; Copobianco e Oliveira (2004), como aquele que é capaz de compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental. No bairro do Paraíso, o recurso florestal, um dos atrativos ao turismo e veraneio, contraditoriamente é degradado com o avanço da ocupação urbana estimulado por tais atividades.

Percebe-se, com isso, as explicações de Boff (2012) sobre o crescimento dos impactos ambientais nas áreas urbanas como um dos desafios para se concretizar a sustentabilidade ambiental no âmbito do desenvolvimento sustentável. É visível a degradação ambiental, ou seja, a utilização das áreas verdes. Todavia, no bairro do Paraíso isso também ocorre pelo uso da orla fluvial, com a construção de novas moradias, pequenos comércios e restaurantes (Figuras 7).

Figura 7 – Restaurante construído na Praia do Paraíso



Foto: Vicente Baia (Pesquisa de Campo - 06/08/2013).

A ocupação urbana do bairro do Paraíso, portanto, é favorecida pela sua condição peculiar de local atrativo para o turismo e para o veraneio. Essas atividades são influenciadas pelas redes, as quais favorecem a mobilidade territorial de populações e coisas. Nesse cenário, verifica-se a influência das redes turísticas, caracterizadas pela capacidade de conectar instituições e pessoas e de viabilizar informações. (COSTA, 2007). Entretanto, o local



é desprovido de equipamentos e serviços urbanos e no que se refere à educação formal existe apenas uma creche, sendo que a principal reivindicação da população é por escolas de ensino fundamental e médio, devido à grande quantidade de moradores jovens.

O turismo ou veraneio são práticas sociais que, para Santos (1994), interferem nas mudanças do espaço geográfico mediante o aumento da fluidez, geração de demandas, presença de um contingente maior de visitantes, os quais podem se tornar ocupantes permanentes e/ou temporários.

Nesses termos, a ocupação urbana é, conforme o entendimento de Batista e Dias (2008), um processo que não se refere única e exclusivamente ao crescimento da cidade, mas também às motivações, às problemáticas, ao conflito de interesses, ao uso do solo, aos impactos ambientais, ao estabelecimento de formas e processos, ao simbolismo e aos ícones de memória individual e coletiva. E quanto ao uso do solo trata-se do emprego da terra ou dos terrenos para as atividades humanas, sendo que esta utilização pressupõe a existência prévia, pelo menos em parte, de uma estrutura de apoio representada por vias de acesso, equipamentos de energia e transporte, viabilizando o processo de ocupação urbana. (VILLAÇA, 1978).

No Brasil, entre todos os problemas inerentes à ocupação urbana, se destaca a omissão do poder público no sentido de fiscalizar o padrão e as formas da ocupação, que muitas vezes acontecem em áreas inapropriadas para a habitação e não permitidas pela legislação. Conforme Maricato (2003):

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação.

A maioria dos imóveis na praia do Paraíso ainda não possui escritura pública ou mesmo particular. O processo de regularização dos imóveis inicia com a realização de um cadastro na CODEM para registro e elaboração da escritura pública. Todavia, em geral os lotes ou as casas são vendidos sem essa regularização, simplesmente por um recibo de compra e venda. De acordo com a CODEM, a regularização fundiária da área ainda não se efetivou. A proposta encontra-se em discussão, principalmente, por se tratar de um bairro localizado na porção insular e distrital, incluso na Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), a qual necessita de tratamento específico e definição de parâmetros reguladores de uso e



ocupação do solo. Além disso, suas transformações espaciais são recentes, requerendo novos levantamentos.

A situação confirma as afirmações de Fernandes (2008), quando esclarece que as formas de acesso à moradia e ao uso do solo têm se caracterizado pela ilegalidade. O fato não se limita às favelas, mas também às áreas próximas aos mananciais e cobertura vegetal originária, onde são construídas casas, pousadas, hotéis e estabelecimentos comerciais.

Nesse contexto, a ação do mercado imobiliário é um fator de ocupação urbana causador e estimulador de degradação ambiental, favorecida pela não aplicação da legislação e falta de fiscalização (FERNANDES, 2008). São moradores da área urbana de Belém que compram e revendem os lotes, individualmente ou com a ajuda de corretores de imóveis e também pessoas que já possuíam a propriedade desses lotes decorrentes de herança.

No Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA- não foi localizado um plano efetivo de prevenção e controle do desmatamento destinado ao bairro do Paraíso e, por isso, é comum a venda de lotes em área de cobertura florestal.

Portanto, nem sempre a iniciativa de ocupar, de forma desordenada, um determinado espaço decorre da ação dos estratos sociais de baixa renda. É também uma atitude que provém de estratégias dos empreendimentos imobiliários de médio padrão, que se instalam sem licença. (CORRÊA, 2012).

No bairro do Paraíso se verificam irregularidades na ocupação urbana e uso do solo, sem respeito à legislação urbanística e ambiental. Situação que pode encontrar apoio nas explicações de Batista e Dias (2008) quanto ao fato da legislação específica ser de difícil entendimento e aplicação, dificultando a fiscalização, principalmente quando diz respeito às áreas urbanas inclusas em zonas de proteção e interesse ambiental.

No bairro em questão também se percebe uma teia variada de relações e processos peculiares, manifestada por determinadas características e motivações e vinculada às distintas dimensões presentes no espaço. Os hotéis e as pousadas que apresentam certo grau de sofisticação convivem ao lado de um modo de vida ribeirinho e rural. É possível encontrar pescadores, barcos artesanais e formação de roças, peculiaridades locais e distintas do modo de vida estritamente urbano. Ao mesmo tempo, se observa o crescimento dos empreendimentos hoteleiros, indicando o interesse dos empresários em explorar o potencial turístico do local.



A roça está ligada à cultura local e é praticada em determinadas áreas pertencentes ao espaço urbano com o cultivo de verduras como couve, cebolinha, alface, cheiro verde, além de pimenta e raízes como a mandioca (*Manihotesculenta*).

Tal fato confirma as afirmações de Villaça (1978), quando assinala que os arranjos dos usos do solo no espaço urbano possuem peculiaridades ligadas às características sociais e econômicas das comunidades e da sociedade brasileira.

O cultivo do roçado é uma atividade herdada dos povos indígenas e ainda bastante praticada no Brasil, particularmente na região amazônica. Sua presença no bairro do Paraíso remete à reflexão empreendida por Sanchs (2000) sobre a necessidade de garantir a essas comunidades condições de continuidade em padrões sustentáveis, com o emprego de técnicas de adubação e renovação do solo, como forma de garantir-lhes sustento e maior produtividade econômica, bem como evitar o uso predatório do solo e o avanço no uso de novas áreas de floresta, impedindo, assim, a degradação ambiental.

Quanto aos empreendimentos mais sofisticados no bairro do Paraíso, especialmente na orla da praia, essa iniciativa encontra relação com a explicação de Ojima (2008) sobre a disseminação dos estilos de vida pelo processo de mundialização dos padrões de consumo nas cidades, com tendência a se tornarem homogêneos em distintas regiões do planeta. A construção de hotéis-fazenda, hotéis convencionais, centros de convenções, pousadas e restaurantes nas áreas litorâneas e ribeirinhas de veraneio faz parte desse contexto.

Nesse sentido a urbanização é um processo que envolve características, circunstâncias, fluxos e relações cujas peculiaridades se relacionam à formação histórica, social, econômica e cultural de cada lugar, promovendo arranjos de ocupação e uso do solo, com implicação na dinâmica do ambiente natural. Para Davis (2006, p.19): “[...] a urbanização deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural”.

Ojima (2007) explica que um dos fenômenos observados na urbanização contemporânea é a sua expansão para as áreas periféricas e suburbanas, caracterizada por novas formas espaciais de ocupação presentes no espaço urbano. Na maioria das grandes cidades a ocupação está sendo acompanhada de um processo de degradação ambiental, provocado por vários fatores, particularmente pela ação antrópica, pois, como enfatiza Castells (2008), o espaço urbano é social, construído pelos seres humanos em interação com o meio ambiente.



Batista e Dias (2008) dividem a degradação ambiental decorrente da ocupação urbana e das ações antrópicas a ela associadas em dois momentos: 1) inicialmente, a implantação, a construção de edificações, a abertura de vias de acesso e o fornecimento de serviços básicos, como água, energia, comunicação, esgoto, bem como pela falta desses serviços, a exemplo da abertura de esgoto a céu aberto; 2) posteriormente, a população se fixa de modo permanente ou eventualmente, prosseguindo o processo de degradação ambiental, resultante das atividades diárias, em finais de semana, mensais, nos feriados e períodos de férias.

Guerra e Cunha (2001) analisam a relação entre degradação ambiental e ocupação urbana sob a visão do meio ambiente na sua dimensão social e histórica, construído e alterado mediante um processo de interação contínua, envolvendo a dinâmica social e o espaço físico modificado permanentemente. Nessa perspectiva: "O ambiente é passivo e ativo. É, ao mesmo tempo, suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade. [...]". (IDEM, p.23).

No ambiente urbano é possível verificar uma variada gama de transformações ocasionadas pela sociedade em interação com o meio ambiente, porque antes de o espaço ser urbano ele é natural. A urbanização não acontece de uma vez só em todas as áreas do espaço geográfico, por isso algumas áreas conservam paisagens naturais. Estas podem sofrer maior pressão por parte das necessidades de moradia, lazer, acessibilidade, turismo, mas ao mesmo tempo, serem preservadas pela comunidade local.

Segundo Silveira (2011), a expansão urbana na maioria das metrópoles brasileiras tem se caracterizado pela presença de assentamentos precários em distintas partes do espaço metropolitano, comprometendo a beleza natural do lugar e a qualidade ambiental devido à redução da cobertura florestal e outros problemas comuns ao padrão de ocupação estabelecido sem planejamento ambiental e urbanístico, entre eles a carência de saneamento básico.

A forma de ocupação urbana realizada mediante o estabelecimento de assentamentos precários causa impactos ambientais aos recursos naturais já conhecidos em outras porções do espaço metropolitano. A falta de esgoto sanitário com a presença de fossas com esgotamento direto para o subsolo provoca a contaminação do lençol freático, comprometendo sua qualidade. São condições de moradia que confirmam as considerações



de Santos (2009, p.123) acerca da impotência das autoridades em resolver os problemas urbanos: “O próprio poder público é incapaz de resolver o problema da habitação e empurra a maioria da população para as periferias [...]”.

Cardoso (2012) compartilha desta opinião quando aponta a fragilidade da regularização pública em relação aos mercados fundiários e imobiliários, aliada à insuficiência nas políticas urbanas e habitacionais, como fatores que contribuem para a persistência da ocupação urbana em locais inapropriados, proibidos pela legislação e com a presença de assentamentos precários.

Entretanto, a despeito desse conjunto de aspectos oriundos da ocupação desordenada e da degradação ambiental que o bairro do Paraíso experimenta, a Ilha de Mosqueiro se tornou um “símbolo de lazer” e local de descanso para pessoas que residem na porção continental de Belém. Esse simbolismo foi construído historicamente a partir dos primeiros fluxos turísticos praticados pelos europeus no século XIX. Para Costa (2007), na contemporaneidade o simbolismo é “alimentado” pela necessidade que as pessoas têm de fugir do estresse urbano, e de buscar maior contato com a natureza.

SIMBOLISMO NA ILHA: “O PARAÍSO”

A manifestação da dimensão simbólica do local denominado “Paraíso” confirma a visão de Haesbaert (2013) ao assinalar que o território, além de possuir funcionalidades, encontra-se impregnado de uma carga simbólica que é parte constituinte de sua espacialidade. As significações não dizem respeito apenas aos monumentos de valor histórico e tradições culturais, mas as reservas naturais também são parte dos marcos de identidade social e apropriação simbólica.

O espaço possui, entre suas múltiplas dimensões, uma dimensão simbólica que faz parte do ambiente, sofre influência dele e nele gera interferências. Na concepção de Bourdieu (1989), os símbolos têm o poder de integrar socialmente e, ao fazerem isso, tornam possível o consenso acerca de uma realidade social, o que possibilita a reprodução de uma ordem que se tornou consensual. Os grupos produzem o simbolismo e, ao mesmo tempo, se apropriam dele para manter uma coesão e impor uma ordem, considerada como natural.

O poder simbólico não se manifesta explicitamente e não age por meio da força, sua sutileza o torna reconhecido por aqueles que exercem o poder e por aqueles que a ele se



submetem, sem que a determinação de uma crença ou de uma ideologia seja entendida como arbitrária.

Segundo Corrêa (2012), o simbolismo possui enorme centralidade na cultura, a qual se manifesta no espaço geográfico e no tempo. Pode-se, assim, falar de uma geografia cultural. Os significados construídos pelos grupos sociais em suas experiências, segundo o mesmo autor, constituem um aspecto da realidade e geram influências no espaço geográfico, seja ele urbano ou rural, porque estão vinculados ao comportamento humano, como ressalta:

Criados e recriados pelos diversos grupos sociais, os significados se expressam em símbolos ou formas simbólicas que constituem traços fundamentais do ser humano. Todo comportamento humano é comportamento simbólico, todo comportamento simbólico é comportamento humano [...]. (idem, p.135).

A interação entre simbolismo e comportamento explicitada na citação anterior faz parte da vivência humana em sociedade porque toda prática social é orientada por significados, os quais tendem a ser preservados mas também podem sofrer mudanças no tempo e no espaço. Entre tais práticas estão aquelas voltadas à preservação da natureza, fundamentadas em valores, razões científicas ou simbologias.

Em um mesmo espaço urbano é possível identificar distintas formas simbólicas, mesmo naqueles onde a urbanização pouco modificou a fisionomia da paisagem natural porque no transcurso do tempo o espaço é marcado por influência da ação humana. Diante disso, é possível encontrar formas simbólicas de dois tipos: fixos e fluxos, como explica Corrêa (2012, p.137).

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, paradas, desfiles e marchas são, em geral, fluxos impregnados de significados simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos.

A relação entre as formas simbólicas e o espaço resulta, da política locacional derivada da intenção dos grupos que concebem as formas simbólicas. Também decorrem da força de determinadas práticas sociais ou manifestações do sagrado.

Além de serem construções sociais em sintonia com o espaço geográfico, as formas simbólicas, segundo Haesbaert (2013), expressam uma memória coletiva e marcam suas presenças em distintas escalas socioespaciais, entre elas a escala urbana. Elas resguardam trajetórias dos grupos sociais e sofrem influência da dinâmica socioespacial.



O antigo Sítio Santana, hoje ocupado pelo Hotel Fazenda, é muito representativo em termos simbólicos. As ruínas da “casa grande”, embora já bem debilitadas, representam um marco simbólico de referência, isto é, indicam o indício de uma ocupação pretérita na época da colonização. A sua presença confirma a concepção de Corrêa (2012) acerca dos “fixos” no espaço urbano, representados por elementos ligados à cultura, à memória coletiva e individual e aos períodos históricos.

As ruínas identificadas no bairro do Paraíso são vestígios do passado, fazem parte do contexto histórico precedente à ocupação urbana atual, confirmando as explicações de Batista e Dias (2008) que incluem entre os elementos do processo de ocupação urbana os ícones de memória individual e coletiva.

Em termos de fluxos, o bairro do Paraíso se constitui no lugar de descanso para onde as pessoas se deslocam em busca do prazer e para fugir do cansaço cotidiano. Um lugar onde ainda se estabelece um encontro com a natureza, sem grande distância do centro urbano, uma união que está muito presente no imaginário das pessoas que vivem na cidade: o contato com a natureza sem perder de vista os benefícios que os centros urbanos oferecem.

A CIDADANIA AMBIENTAL E OS CUIDADOS COM O PARAÍSO

A difusão da questão ambiental pela mídia e nas instituições de ensino tende a chamar a atenção das pessoas para os problemas que repercutem na qualidade de vida do ambiente urbano, tais como o lixo, o desmatamento, a proliferação de doenças, reforçando o estímulo às práticas de preservação ambiental (LOUREIRO, 2012).

O bairro do Paraíso insere-se nesse contexto como área de expansão turística, principalmente porque, além da tranquilidade, o bairro ainda dispõe de uma ecologia exuberante, representada pela presença de áreas verdes, animais silvestres e praia de água doce com ondas, elementos que simbolizam o lugar como um espaço paradisíaco.

A convergência dos grupos locais faz parte da espacialidade e, no bairro do Paraíso, tem se revelado nas práticas de preservação ambiental realizadas pela comunidade. As ações começaram a ocorrer antes do período desta pesquisa (2000 a 2010) e se limitavam a elaborar e afixar placas com inscrições do tipo “Não jogue lixo na praia”, “Cuide do meio ambiente”, “vamos preservar nossa praia”, “Preserve o Paraíso”.



A preocupação da comunidade do bairro do Paraíso com a preservação da paisagem natural confirma o entendimento de Santos (2008, p.18) quanto à atribuição de valores à natureza pelos grupos sociais: “O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais”.

Essa valorização da natureza é analisada por Ojima (2008) sob o olhar crítico da contradição nos estilos de vida das sociedades contemporâneas. Quanto mais os grupos sociais se concentram nas cidades, mais procuram refúgio em espaços naturais. A natureza passa a constituir uma “mercadoria” de consumo de determinados segmentos, ampliando as possibilidades de degradação das áreas verdes e naturais.

A maior presença humana, seja pela habitação, seja pelo turismo, veraneio ou prática de atividades econômicas sem o desenvolvimento de um programa de educação ambiental e outras medidas de planejamento urbano está contribuindo para ampliar o problema do lixo na praia e nas suas adjacências, como mostram as Figuras 8 e 9:

Figura 8 – Lixo na praia do Paraíso **Figura 9** – Lixo no entorno da praia do Paraíso



Foto: Vicente Baia (Pesquisa de Campo - 06/08/2013). **Foto:** Vicente Baia (Pesquisa de Campo 06/08/2013).

Este cenário é enunciado por Cunha (2010) como um dos problemas em áreas urbanas de veraneio, turismo e expansão urbana, agravado pela falta de educação ambiental, principalmente quando a população não possui o hábito cultural de cuidar do lixo resultante do consumo. Na orla da praia do Paraíso é cada vez mais comum a presença de banhistas e dos encontros denominados de “picnics”, por meio dos quais um grupo de pessoas se reúne para ingerir bebidas, fazer refeições, descansar em redes atadas entre as árvores, brincar, jogar e conversar.



O resultado desses “encontros” é a ampliação da degradação ambiental na orla da praia do Paraíso, com o acúmulo de lixo, aumento de coliformes fecais na água da praia, aumentando as possibilidades da proliferação de moscas e do mosquito transmissor da dengue.

Trata-se de uma flagrante falta de compromisso com a cidadania ambiental que, na concepção de Waldman (2003), contempla o esforço de todos os grupos sociais para solucionar os problemas ambientais e garantir a qualidade do ambiente natural no espaço urbano. Para Ribeiro (2003) situações desse tipo revelam o desafio de se construir uma ética ambiental fundamentada em valores, princípios e deveres compartilhados.

As consequências nocivas para a saúde e para a qualidade ambiental são as mais diversas, pois amplia a proliferação de bactérias, insetos, ratos e outros animais, além de provocar um impacto estético negativo no ambiente. A situação confirma a proposição de Santos (2008, p.216) sobre o potencial de degradação do turismo nos espaços urbanos:

[...] a presença de turistas é um elemento bem visível na paisagem – que eles ajudam a degradar – Não é só isso, aliás, que o turismo degrada, causando impactos diversos como desmatamento, incentivando a especulação imobiliária, o aumento dos meios de transporte. A situação é mais preocupante em áreas urbanas onde não há um programa efetivo de prevenção e educação ambiental para reduzir os referidos impactos.

A existência de problemas ambientais no bairro do Paraíso e a reação da comunidade local permite compreender a validade das reflexões de Santos (2000) sobre o assunto, considerando o espaço urbano como produto social e histórico. Assim, as mudanças e transformações espaciais são resultantes da dinâmica da sociedade que imprime suas marcas na paisagem urbana.

No bairro do Paraíso essas condições têm provocado insatisfação da comunidade que, por conta própria, já constituiu um Centro Comunitário e desenvolve um trabalho de sensibilização ambiental mediante a disposição de recipientes para os veranistas e a própria sociedade local depositar o lixo, que é recolhido pelo serviço da Prefeitura, como mostram as figuras 10 e 11.



Figura 10– Sensibilização ambiental **Figura 11**– Coleta regular do lixo



Foto: Vicente Baia (Pesquisa de Campo - 06/08/2013). **Foto:** Vicente Baia (Pesquisa de Campo - 06/08/2013).

A ação desenvolvida pelos “Amigos da Praia do Paraíso” é um projeto liderado pelos proprietários do Hotel Fazenda Paraíso. Essa atitude confirma a posição de Souza (2010) em relação à insatisfação das pessoas com os prejuízos causados ao meio ambiente, quando elas já consolidaram o sentimento de pertencimento.

Essas práticas situam-se como ações relevantes no âmbito do conceito de sustentabilidade, o qual contempla a dimensão social manifestada na interação dos indivíduos e comunidades com a natureza. (JACOBI, 2003).

Portanto, como explicam Guerra e Cunha (2001), um impacto ambiental não é apenas negativo, no sentido de prejudicar o meio ambiente. No espaço urbano também predominam resistências e práticas cidadãs, favoráveis à preservação ambiental, as quais tendem a gerar impactos de ordem positiva.

A noção de cidadania variou durante as épocas e os lugares, mas o passeio pela história tem mostrado que a afirmação da cidadania, segundo Pinsky e Pinsky (2003), vem se instaurando no contexto das lutas e movimentos sociais, sendo reconhecida por documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos Humanos.

Ribeiro (2003) esclarece que, no contexto das preocupações com os problemas ambientais e a escassez de recursos, foi cogitado o desafio de construir uma ética ambiental, constituída por valores, princípios e deveres compartilhados por todos dos cidadãos da Terra, emergindo a concepção da cidadania ambiental.

A importância da cidadania ambiental, segundo Waldman (2013), torna-se evidente quando se compreende que a solução da crise socioambiental não depende apenas de um



segmento social ou do poder público, mas requer o esforço de todos os grupos sociais, instituições e governos. Isso representa um grande desafio, o qual depende entre outras condições da necessidade de instaurar novas mentalidades, subsidiar argumentos favoráveis ao estabelecimento de novos comportamentos e criar uma base de conhecimento capaz de dar conta da complexidade do meio ambiente.

No entendimento de Carvalho (2012) é preciso “enxergar” o mundo com lentes mais amplas, sem se deixar enganar pela miopia de visões e conceitos limitados. Além disso, é imprescindível rever os sinais manifestados na realidade.

Para cumprir deveres e garantir direitos, o cidadão ambiental necessita de conhecimento. Embora as experiências cotidianas e coletivas sejam importantes subsídios para o desenvolvimento de ações inovadoras em defesa do meio ambiente, o acesso a informações, teorias, pesquisas e projetos fortalece a formação intelectual e ética do cidadão em defesa do meio ambiente.

Para Sá e Makiuchi (2003) além de interdisciplinares, as questões ambientais precisam ser compreendidas de maneira multireferencial, particularmente a partir da identificação de práticas sociais que compõem o repertório de ações cidadãs em defesa do meio ambiente.

Portanto, entende-se a partir dessa reflexão, que a cidadania ambiental é indissociável da contextualização social e cultural. As práticas, experiências, responsabilidades, valores, direitos e deveres a compõem e fazem parte de seu exercício. Porém, uma questão específica relacionada ao seu significado, segundo Waldman (2013) é o fato de abranger o zelo pelo meio ambiente, o qual se configura como um direito difuso, caracterizado como coletivo e de domínio público.

CONCLUSÃO

Ao analisar a relação entre a ocupação urbana e a degradação ambiental do bairro do Paraíso, localizado na Ilha de Mosqueiro no município de Belém-PA, como foi proposto por este estudo constatou-se que a ocupação urbana deste espaço foi marcada pela degradação do meio ambiente através dos seguintes fatores: a falta de saneamento básico; a poluição causada por dejetos e objetos; o desmatamento e a contaminação dos recursos hídricos.

Conforme perspectivas teóricas acerca do processo de ocupação urbana, mencionadas neste artigo, a ocupação do Paraíso também se vinculou a questões mais amplas, como a influência do marketing ambiental, a falta de aplicação da legislação urbana e ambiental, o



crescimento do turismo e veraneio, o interesse da sociedade em fugir do estresse urbano, a melhoria da renda e a popularização do automóvel. Este último porque facilitou sobremaneira o deslocamento de um número expressivo de pessoas para os locais de lazer como a Praia do Paraíso.

Observou-se durante a pesquisa que a ocupação desordenada continuava acontecendo e, com isso, o agravamento da degradação do ambiente natural, que também é desfavorecida pela não aplicação da legislação e pela presença dos assentamentos precários e do turismo praticado sem vínculo com programas de educação ambiental. Portanto, o bairro do Paraíso foi ocupado sem que houvesse o fortalecimento da sustentabilidade.

Nota-se que o exercício da cidadania ainda é limitado e se manifesta por meio de práticas de preservação, que ainda não alcançaram contornos mais abrangentes no sentido de garantir um ambiente efetivamente preservado e de qualidade. Mesmo assim, é um fator positivo para o envolvimento dessa comunidade em estratégias de educação ambiental e conquista de direitos.

As peculiaridades de ocupação e uso do solo no bairro do Paraíso e suas implicações na degradação ambiental são representadas pela presença humana; pelos empreendimentos comerciais e hoteleiros e pelas residências, situação já mencionada pelos autores consultados quando tratam da crescente edificação de casas de veraneio nas áreas litorâneas das grandes cidades, destacando que esses imóveis não são de uso permanente, sendo utilizados apenas em finais de semana, feriados e períodos de férias.

No local ainda se mantêm práticas sociais de caráter rural, como hortas e pescarias, mas a degradação ambiental é visível e decorre da ocupação e uso do solo sem planejamento e sem aplicação efetiva da legislação urbanística e ambiental, aliadas ao simbolismo de que o "Paraíso" representa a magia do bem estar, opondo-se ao desgaste físico e mental da vida cotidiana. O grande desafio é conter o ritmo da degradação ambiental, por meio de mudanças de comportamento em relação ao ambiente natural, apostando na preservação do espaço e nas iniciativas de educação ambiental.

O estudo pode ser ampliado por outras pesquisas que poderão investigar a aplicabilidade da legislação urbanística e ambiental na área; a evolução do fluxo turístico e de veraneio; o nível de poluição hídrica e a visão da comunidade sobre a relevância da educação ambiental no bairro do Paraíso.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Getúlio Teixeira; DIAS, Nelson W. (2008). **Ocupação do Solo Urbano: Desafios pós Estatuto das Cidades.** Disponível em: <http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/bitstream/2315/146/1/Capitulo_Getulio_LivLi_GD_Ocupacao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BOFF, Leonardo. (2012). **Sustentabilidade.** O que é – O que não é. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre. (1989). **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. (2012). Cidade Capitalista e Política Urbana no Brasil do Século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: SANTANA, Joana V.; HOLANDA, Anna Carolina G.; MOURA, Aldebaran S. F. (orgs.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed.Ufpa.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João P. R.; OLIVEIRA, José Antonio P. (2004). Os Desafios da Sustentabilidade no Período Pós-Rio – 92. In: **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92.** 2 ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2012). **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6 ed. São Paulo: Cortez.

CASTELLS, Manuel. (2008). **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra (Vol. I).

CORRÊA, Roberto Lobato. (2012). Espaço e Simbolismo. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COSTA, Maria Augusta F. (2007). **Rede Turística e Organização Espacial: uma análise da ilha de Mosqueiro, Belém/Pa (Mestrado em Geografia) – UFPA, Belém.**

CUNHA, V. (2010). **Gerenciamento da coleta de resíduos sólidos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não-linear de programação por metas.** Piracicaba, 2001. (Dissertação - M.S.). Piracicaba: Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

DAVIS, Mike. (2006). **Planeta Favela.** Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Bomtempo.



FELDMANN, Fábio. (2006). **Guia de Ecologia:** para entender e viver melhor a relação homem-natureza. São Paulo: Abril.

FERNANDES, Edésio. (2008). **Do Código Civil ao Estatuto da Cidade:** algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes (org.) Cidade (i) legal. Rio de Janeiro: Mauad.

GUERRA, Antônio; CUNHA, Sandra (Org.). (2001). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBAERT, Rogério. (2013). **Territórios Alternativos.** 3 ed. São Paulo: Contexto.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (1987). Imagem Landsat 1987. São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

_____. (2008). Imagem Landsat. São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2000) Malha do censo demográfico. Rio de Janeiro.

_____. (2010). Malha do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro.

JACOBI, Pedro. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa.** n. 118, p.189-205, mar. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

KOWARICK, Lúcio. (1993). **Aespoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paze Terra.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (2012). **Sustentabilidade e Educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez.

MACEDO, Sandra S. (2002). Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto.

MARICATO, Ermínia. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados.** [online], vol.17, n.48, p. 151-166.

OJIMA, Ricardo. (2008). Novos contornos de crescimento urbano brasileiro? O conceito de UrbanSprawl e os desafios para o planejamento regional ambiental. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/234>> Acesso em: 22 maio 2014.



_____. (2007). Dimensões da urbanização dispersa e propostas metodológicas para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.24, n.2, p.277-300, jul./dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/06.pdf>>. Acesso em: 8 jun.2013.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (Orgs). (2003). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, Wagner Costa. (2003). Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto.

ROCHA, Ronaldo dos Santos; CELESTINO, Vivian da Silva. (2010). História da ocupação territorial do Brasil. **III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação**. Recife - PE, 27 a 30 Jul. 2010, p.01-07.

SÁ, Lais Mourão e MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. (2003). **Cidade e Natureza: tecendo redes no processo de gestão ambiental**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/u18n1a05.pdf>>. Acesso em: 22 jun.2014.

SANCHES, Ignacy. (2000). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.

SANTOS, Milton. (1994). **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico – informacional**. São Paulo: Hucitec.

_____. (2008). **Manual de Geografia Urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp.

SILVEIRA, Hélio V. (2011). **A economia urbana e o contexto social**. São Paulo: Ética.

SOUZA, Oscar V. (2010) **O incremento de novas áreas urbanas ao turismo: vantagens e desvantagens**. São Paulo: Atneu.

TAVARES, Maria G. Costa et al. (2008). Mosqueiro: Turismo e desenvolvimento local em uma ilha fluvial na Região Metropolitana de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da C. (Orgs.) **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém-PA: Editora Universitária-UFPA.

VILLAÇA, Flávio. (1978). **O uso do solo urbano**. São Paulo: CEPAM.



WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (Orgs.). (2003). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto.

Recebido em: 29/09/2014

Aceito em: 15/07/2015

Sobre os autores:

Rosália Silva Corrêa

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB; Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ; Especialista em Ciência Política pela UFPA; Graduada em Ciências Sociais pela FICOM-PA. Professora e Pesquisadora da Universidade da Amazônia-UNAMA.

Raimundo Vicente Baia Silva

Graduado em Geografia e especialista em Hidrometeorologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA; graduado em Economia pela UNAMA; Concluinte do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da UNAMA.